

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Mariana Duarte de Souza Rolim¹
Bianca Vieira de Andrade²
Mariana da Silva Nascimento³
Stella Marcia de Morais Santiago⁴
Simone Joaquim Cavalcante⁵

RESUMO

Este trabalho visa estabelecer reflexões sobre educação e diversidade, com foco na construção das identidades étnico-raciais, no contexto escolar, e no papel das instituições educacionais como promotoras de uma educação antirracista. Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2004, destacam a importância do fortalecimento dos processos de afirmação de identidades positivas, sobretudo, das historicamente negadas ou distorcidas, desencadeadoras de práticas racistas e discriminatórias, presentes nas relações sociais. Reafirmamos, ainda, a notoriedade das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instauraram a obrigatoriedade dos estudos sobre a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da escola básica, demandando para as instituições de ensino superior formação qualificada de professores e professoras para atuarem na educação das relações étnico-raciais. Este estudo é de cunho bibliográfico, desenvolvido a partir da análise de trabalhos e pesquisas que discutem os conceitos de identidade étnico-racial e a relevância da diversidade na escola, voltando-se para uma abordagem antirracista na educação contemporânea. Como resultado, trazemos à baila a função social e política tanto das instituições de ensino superior, como das escolas, que devem, para além de formar indivíduos conhecedores do saber científico, abordar, de forma consistente e fundamentada, as diversidades étnico-culturais existentes na sociedade, ampliando o debate e fortalecendo o reconhecimento das identidades étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação, Diversidade, Étnico-racial, Identidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar e refletir sobre educação e diversidade, com foco na construção das identidades étnico-raciais, no contexto escolar, e no papel das instituições educacionais como promotoras de uma educação antirracista. Nessa perspectiva, tomamos por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), que

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, mariana.souza@estudante.ufcg.edu.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bianca.10.pb@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ms1174904@gmail.com;

⁴ Professora doutora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, stellammsan@gmail.com.

⁵ Professora doutora da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, simonecavalcantejp@gmail.com

destacam a importância do fortalecimento dos processos de afirmação de identidades positivas, sobretudo, das historicamente negadas ou distorcidas, desencadeadoras de práticas racistas e discriminatórias, presentes nas relações sociais.

Nesse trabalho, reafirmamos, ainda, a notoriedade das leis 10.639/2003⁶ e 11.645/2008, que instauraram a obrigatoriedade dos estudos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da escola básica, demandando para as instituições de ensino superior formação qualificada de professores e professoras para atuarem na educação das relações étnico-raciais, em razão da profundidade do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, de modo geral, assim como no contexto escolar, particularmente. Em vistas disso, faz-se necessário considerar a inextricável importância da escola como locus de promoção de práticas pedagógicas antirracistas, libertadoras e emancipatórias.

Como sabemos, a temática da diversidade étnico-racial/cultural tornou-se campo fecundo de pesquisas acadêmico-científicas, mas também um território de disputas epistemológicas, no contexto das relações de poder construídas nesse espaço. Por isso, o interesse e o compromisso de pesquisadores e pesquisadoras, em diversos lugares de atuação, tem se tornado fundamental e pertinente para a produção de conhecimento na área da educação para as relações étnico-raciais, que engloba os estudos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena, subsidiando, orientando e dando base à formação de professores e professoras, nos centros acadêmicos das instituições de ensino superior do Brasil, para atuarem na educação básica, como estabelece as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

Essas produções acadêmico-científicas têm contribuído fecundamente para o conjunto das práticas pedagógicas antirracistas, em contextos escolares e não escolares, assim como tem alavancado diversas experiências no âmbito da educação para as relações étnico-raciais/culturais, tanto na formação inicial de professores e professoras, para atuação na educação básica, como na formação continuada, além de contribuir para a formação dos/as estudantes como sujeitos do processo ensino e aprendizagem, para o combate ao racismo estrutural e institucional no âmbito da educação brasileira. Daí a importância de considerar os aspectos positivos da lei, não obstante a observância dos desafios impostos pela dinâmica sociocultural e as próprias estruturas hegemônicas ainda vigentes (Gomes, 2010).

⁶ Em janeiro de 2023 a lei celebrou 20 anos de vigência, de modo que ainda tem sido marco jurídico e expoente na implementação da educação para as relações étnico-raciais na educação básica. Para além disso, continua nos instigando a renovar e a reafirmar o nosso compromisso com a luta antirracista na educação brasileira.

Com isso, trazemos as análises e as diversas concepções de diferentes autores e autoras, com o intuito de contribuir para a compreensão e a reflexão de como as questões étnico-raciais são entendidas e tratadas no contexto escolar, tanto por parte dos profissionais da educação, como pelos educandos/as, uma vez que a diversidade sempre esteve “bombando na escola” (Candau, 2010).

METODOLOGIA

A opção pelo estudo da temática educação e diversidade, com foco na construção das identidades étnico-raciais no contexto escolar, surgiu a partir da nossa experiência no Curso de Pedagogia, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras, Paraíba, visto que a temática emergiu como fundamental no nosso processo formativo. A Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, destaca que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto, preparado e capaz de “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, faixa geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (Brasil, 2006).

A metodologia teve como base o estudo bibliográfico, desenvolvido a partir da análise de trabalhos e pesquisas que discutem os conceitos de identidade étnico-racial, a relevância desses e o reconhecimento da diversidade na escola, voltando-se para uma abordagem antirracista na educação contemporânea. A pesquisa bibliográfica possibilita ao investigador e investigadora a cobertura de fenômenos muito mais amplos e, conseqüentemente, uma análise mais abrangente.

Primeiro, realizamos a pesquisa desses estudos, utilizando a busca por palavras-chave (educação, diversidade na escola, identidade, raça/etnia). Posteriormente, selecionamos as produções e prosseguimos com a leitura dos resumos e as introduções. Em seguida, realizamos a leitura completa dos artigos previamente selecionados, destacando os principais conceitos e concepções apresentadas pelos autores e autoras que abordam e discutem educação e diversidade na escola, trazendo os conceitos de identidades étnico-raciais no contexto escolar e a relevância da discussão no âmbito educacional. Para além disso, buscamos analisar como o ambiente escolar aborda e reconhece as diversidades presentes no contexto social e, mais especificamente, como as relações étnico-raciais se desenvolvem nesse âmbito.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os movimentos de reconhecimento da identidade étnico-racial se fortaleceram ao longo do tempo. Fleuri (2006) destaca que esta temática está em constante construção, principalmente como marcadores sociais, culturais, identitários e de reconhecimento do indivíduo com suas características próprias (genotípicas⁷ e/ou fenotípicas⁸), para além das suas culturas e ancestralidades.

É notório que a diversidade étnico-racial e cultural está presente na escola. Por isso, é importante e necessária a abordagem dos conceitos de diversidade e identidade no contexto escolar, assim como o constante debate para a afirmação de práticas antirracistas.

Abordar as questões de raça/etnia, identidade e culturas afro-brasileira e indígenas, principalmente nas instituições escolares, ainda se apresenta como um desafio, em virtude de concepções eurocêntricas e colonialistas padronizadoras e distorcidas. Carmo (2020, p.49), afirma que,

Reconhecemos que a discussão sobre o que seria uma identidade étnico-racial é um debate emergente, tensionador, contraditório, pois abordar os processos e as especificidades de como as pessoas negras e não negras estão construindo seus pertencimentos raciais no Brasil é tarefa complexa numa sociedade racializada, que, historicamente, tem desvalorizado, discriminado as pessoas por sua cor, estética, sua corporeidade, produzindo preconceitos, discriminações, estereótipos, omissões e distorções das raízes culturais africanas.

Ao refletirmos sobre identidade, compreende-se essa como a caracterização do sujeito, quem ele é, como ele se percebe, se compreende, como uma fonte de sentido e da construção de suas experiências. Para Silva (2000, p. 96),

A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo.

Considerando a construção da identidade como um processo e a compreensão de si enquanto sujeito como algo não acabado, que se constrói e se reafirma cotidianamente, enquanto indivíduo e sociedade, Carmo (2020, p. 51) disserta ainda que,

Assim, o processo de construção de identidade negra é um processo em permanente construção que passa pelo reconhecimento das diferenças e da igualdade; descobrimento de nossa ancestralidade; espiritualidade, valores e princípios filosóficos, epistêmicos. Dessa forma, como saberes, histórias e sabores, identificação com nossa diversidade cultural afro-brasileira e africana; construção positiva de nossa negritude.

⁷ Referem-se à composição genética dos indivíduos.

⁸ Referem-se às características externas, morfológicas, fisiológicas dos indivíduos.

Em diversos conceitos, a categoria raça surgiu nos meios científicos, históricos e sociais, como classificadora, tais como: raças e sub-raças humanas. Munanga (2004, p.6) assevera que:

[...] o conceito de raça tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam.

De acordo com Munanga (2004) o ser humano é propriamente diferente geneticamente, socialmente e culturalmente, tornando a sociedade um grupo diversificado, constituído por características próprias, enquanto sujeito no mundo.

[...] supõe também que o respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade. (Munanga, 2004, p.7)

No que se refere às questões raciais vivenciadas e refletidas na escola, pesquisadores/as afirmam que um dos fatores a serem considerados como continuadores desta discriminação é o modo como a história dos negros e povos indígenas no Brasil foi/é apresentada nos livros didáticos, que “(...) mostram negros como descendentes de escravos e índios como povos de cultura inferior” (Vieira et al., 2019, p. 184).

Em 10 de março de 2008, a Lei nº 11.645 é sancionada, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2008).

Com isto, faz-se necessária e obrigatória a abordagem da temática que remete à cultura afro-brasileira e indígena, à luta dos povos africanos e indígenas no Brasil, a fim de promover uma educação antirracista, com o devido reconhecimento, valorização e reparação histórica para os povos afrodescendentes e originários da terra, protagonistas em diversos campos de atuação: sociais, econômicos, políticos, educacionais, culturais, religiosos, ambientais, ou seja, responsáveis por um extenso histórico de contribuições para a construção da sociedade brasileira.

Ainda temos grandes lacunas em termos de formação docente (inicial e continuada) acerca da temática da educação e da diversidade, na construção das identidades étnico-raciais, no contexto escolar, o que implica notoriamente no desafio da abordagem em sala de aula, no âmbito da educação básica. Na maioria das escolas, essa temática é abordada apenas nas datas

comemorativas, como, por exemplo, no genérico “Dia do Índio”, em 19 de abril⁹, e no “Dia da Consciência Negra”¹⁰, em 20 de novembro, o que provavelmente não resulta em uma educação significativa, efetiva e, sobretudo, antirracista.

Há a necessidade de um aprofundamento dos(as) educadores(as) acerca da temática educação e diversidade, com foco na construção das identidades étnico-raciais no contexto escolar, para que essa seja implementada nas escolas, de forma a despertar e a provocar nos(as) alunos(as) o interesse, a reflexão e o debate sobre a temática, na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. Com isso, reafirmamos o papel das instituições educacionais como promotoras de uma educação antirracista.

A abordagem da temática da diversidade na escola, com foco na construção das identidades étnico-raciais pode, por um lado, promover mudanças nos modos de pensar, agir (de caráter teórico-metodológico e pedagógico), saber, produzir e aplicar novos conhecimentos; por outro, pode também provocar deslocamentos positivos nas estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais. Martins e Santos (2022) ressaltam que a temática da diversidade nas instituições escolares no Brasil vem, historicamente, se expandindo devido ao avanço democrático, sobretudo, a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, pós ditadura civil-militar (1964-1985) e as contínuas mobilizações dos movimentos sociais, com as pautas dos direitos humanos e a urgência de reparação histórica. Com isso, logramos alguns avanços no campo educacional, reconhecendo-o como um espaço socialmente diverso.

A escola desempenha função social e política, tornando-se responsável por uma formação mais ampla, que possibilite e promova o acesso a um currículo diversificado, que também aborde a educação para as relações étnico-raciais, com foco na construção das identidades étnicas constituintes da formação da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a escola, como instituição formadora, pode se tornar promotora de uma educação antirracista, a fim de fomentar uma consciência política e histórica da diversidade, com foco no fortalecimento de identidades positivas e no reconhecimento de direitos.

A instituição escolar é tida como responsável pela formação integral do sujeito, devendo instruir e educar o indivíduo para conviver com a diversidade e as diferenças em vários espaços sociais, além de orientar o seu desenvolvimento no campo intelectual, social, político e cultural,

⁹ Atualmente, temos a Lei nº 14.402/2022, que instituiu o Dia dos Povos Indígenas, como o Dia da Resistência dos Povos Indígenas no Brasil.

¹⁰ Atualmente, temos outras nomenclaturas, como Novembro Negro, que igualmente traz a reflexão e o debate público sobre a temática.

superando a categoria formativa de conhecimentos específicos (ou seja, de um determinado campo do saber), auxiliando na construção da sua cidadania. Com isto, a diversidade no âmbito educacional aprofunda a realidade do indivíduo com os saberes formais aprendidos nesse espaço.

Segundo Gomes (2003), a função da escola é mais que a aplicação de metodologias diversas de ensino de conhecimentos históricos acumulados, para aprovação em provas de desempenho escolar, sendo necessário visualizar e compreender os conhecimentos científicos como um meio de desenvolvimento para o espaço formal e informal, para a vida pessoal e profissional, além de identificar a atuação da diversidade na escola, como também expõem Martins e Santos (2022, p. 10).

O tempo da formação integral seria o tempo do reconhecimento, da valorização e da produção de conhecimento sobre as subjetividades humanas, sobre as diferenças e os direitos dos sujeitos; seria o tempo do rompimento da fronteira que separa os ‘conteúdos escolares’ dos contextos existenciais, culturais, econômicos e sociais de crianças, jovens, adultos e idosos. Isso porque a diversidade exige o rompimento da fronteira que historicamente separou o que chamamos de ‘conteúdos escolares’ da vida cotidiana dos educandos, das suas experiências fora dos muros das escolas.

Com isso, permite-se refletir que o espaço não escolar (como o familiar, do trabalho ou lazer, entre outros) interfere diretamente na compreensão da diversidade presente nas escolas, bem como na sociedade como um todo. Gomes (2003) ressalta, ainda, a necessidade de práticas pedagógicas que busquem as semelhanças e as diferenças impostas, pois é nessas instituições sociais e socioculturais que se pode proporcionar à sociedade boas relações entre os indivíduos, já que “[...] todos/as, sem exceção, diferem em raça/etnia, nacionalidade, sexo, idade, gênero, crença, classe [...]” (Gomes, 2003, p. 74).

Assim, o espaço escolar é a fusão das diversidades sociais, sejam elas culturais, religiosas, étnicas, racial, de gênero, etária, entre outras. Portanto, são fundamentais o debate e a reflexão sobre educação e diversidade, buscado compreender o papel das instituições educacionais como promotoras de uma educação que valoriza a igualdade nas diferenças. No que diz respeito, especialmente, a construção das identidades étnico-raciais no contexto escolar, faz-se necessária e urgente a superação dos preconceitos étnico-raciais e das mais variáveis discriminações (Pereira; Cordeiro, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As diversidades étnico-culturais estão no cotidiano das instituições de ensino, justamente por essas serem um espaço que abrange e inclui os mais diversos públicos da sociedade. A partir das reflexões teóricas analisadas, entendemos que essa temática tem

conquistado espaço no âmbito da formação docente, sendo levada a cabo por professores e professoras comprometidos com a educação para as relações étnico-raciais, inclusive compreendendo que as instituições educacionais são responsáveis por uma educação antirracista e que essa política educacional deve ser discutida e implementada nas escolas. Com isso, reafirmamos a notoriedade das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instauraram a obrigatoriedade dos estudos sobre a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da escola básica, demandando para as instituições de ensino superior formação qualificada de professores e professoras para atuarem na educação das relações étnico-raciais, no contexto escolar.

De acordo com as análises e as reflexões teóricas e conceituais apresentadas ao longo desse estudo, entendemos que a temática sobre educação e diversidade, com foco na construção das identidades étnico-raciais no contexto escolar, tem causado impacto positivo, sobretudo, no que se refere ao respeito e à valorização das identidades étnicas e culturais, no nosso país. Para além disso, observar-se como os sujeitos se reconhecem positivamente em sua historicidade e ancestralidade, sejam crianças, jovens e/ou adultos. Com isso, a escola torna-se esse lócus de construções positivas e referenciadas, a partir da descolonização dos currículos e da valorização das culturas afro-indígenas-ancestrais que constituem a maioria da população brasileira, pois somos uma sociedade pluriétnica e multicultural.

A diversidade étnica e cultural está no “chão” da escola, assim como está presente em todos os âmbitos da sociedade, portanto, o desafio da diversidade é a compreensão de que ela faz parte da nossa experiência histórica, do aprofundamento e da apropriação do indivíduo com sua própria historicidade. Dessa forma, os discentes passam a conhecer outras culturas e identidades, respeitando(-se) e valorizando(-se), como sujeito individual e coletivo, pois as e as diferenças e as práticas individuais (contrárias à afirmação de direito à diversidade étnico-cultural) não podem se sobrepor às experiências históricas coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática educação e diversidade, com foco na construção das identidades étnico-raciais no contexto escolar, é de grande relevância social e política para o desenvolvimento do indivíduo, enquanto sujeito e ser social. A construção das identidades étnico-raciais, no contexto escolar, deve sempre ser abordada com respeito e valorização do outro como sujeito de direito, cognoscente e de potencialidades. As crianças, jovens e adultos negros e não negros, indígenas e não indígenas, precisam praticar e viver a educação para as relações étnico-raciais no contexto escolar como uma experiência libertadora e antirracista.

Como exposto, a partir das análises e das reflexões teóricas e conceituais desenvolvidas ao longo desse estudo, o reconhecimento e a valorização das identidades étnico-raciais, no contexto escolar, devem ser orientados por uma abordagem educacional antirracista, porque, como sabemos, não basta ser não racista, temos que atuar a partir de uma pedagogia antirracista efetiva e afirmativa, para desestruturar o racismo alicerçado historicamente.

Nesse estudo, evidenciam-se os debates sobre a diversidade, necessária na construção das identidades individuais e coletivas, no reconhecimento do sujeito como cidadão ativo, reflexivo e ético. Compreende-se que, a partir do momento em que a criança, o jovem e/ou adolescente despertam para conhecer e conviver com as múltiplas diferenças contidas no espaço escolar, passarão a conviver positivamente em coletividade, respeitando, compreendendo e refletindo sobre as diversas realidades sociais, das quais também são parte.

É notório e necessário que haja formação docente no âmbito da educação para as relações étnico-raciais e culturais e, que as culturas afro-brasileiras e indígenas não sejam assuntos abordados apenas em datas “comemorativas”, mas apresentadas como um debate constante e transversal em todo o currículo escolar.

Reafirmamos a importância da temática sobre educação e diversidade, com foco na construção das identidades étnico-raciais no contexto escolar e o papel das instituições educacionais como promotoras de uma educação antirracista, todavia não esquecendo que temos um longo caminho a percorrer e assegurando o que até aqui foi conquistado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2006.

CARMO, Ildene Batista do. **Identidade étnico-racial: infância, escola, família e subjetividade**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de Brasília-UnB. Brasília-DF, p.160, 2020.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 13-37.

FLEURI, Reinado. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Ed. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 495-520, maio/ago. 2006.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 67-89.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnicocultural. In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Gracite Maria Nascimento (coord.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 67-76.

MARTINS, Alexandre Joca; SANTOS, Elzanir dos. A diversidade na escola como princípio e desafio à democratização. **Revista A Pedagogia como Fronteira da Resistência Democrática**, v. 1 n. 1, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

PEREIRA, Gilma Ribeiro; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. A diversidade das relações étnico-raciais e o currículo escolar: algumas reflexões. **Interfaces da educação**, v. 5, n. 14, p. 07-22, 2015.

SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

VIEIRA, Suelaine Leite de Souza; SOUZA, Eliane Leite de; FERRARI, Carlos Kusano Bucalen. Relações étnico-raciais na educação e na escola: uma revisão. **Revista Parajás**, v. 2, n. 2, p. 182-196, 2019.